

# MEC já sabe como punir

O GLOBO Sábado, 24/1/87

O PAIS 69

## escola que fizer locaute

**BRASÍLIA** — O Governo estuda quatro medidas punitivas às escolas que não iniciarem o ano letivo de 87 dentro do calendário previsto: obrigar a restituição aos alunos do valor das mensalidades ou matrículas já pagas, corrigidas de acordo com o rendimento das cadernetas de poupança; isentar de multas as prestações que forem efetuadas em atraso; permitir o não pagamento das mensalidades até o inicio efetivo das aulas e divulgar listas dos estabelecimentos de ensino que receberam financiamentos com juros subsidiais do Governo.

As propostas foram apresentadas ontem pela Diretora do Procon do

Já o Diretor Superintendente da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen), Brasil Anastassakis, disse que não acredita em punições e explicou que as escolas não desejam a desobediência civil, mas que o Governo libere os reajustes para que cada escola pratique o aumento que achar justo. Com relação às declarações do Presidente do Sindicato das Escolas de São Paulo, José Aurélio Camargo, afirmando que sua entidade não acatará a orientação da Fenen de adiar o início das aulas, Brasília foi incisivo: "O sindicato paulista votou a favor da medida e o professor José Aurélio

A Fenen sempre diz que é pela livre iniciativa, mas as escolas particulares, pelo menos aqui em Brasília, e acredito que no resto do País também, continuam recebendo vultosos recursos, a juros baixíssimos, provenientes do FAS. No ano passado, como não houve correção das OTNs, os juros foram de apenas 4% — disse Elisa, acrescentando que no dia 31, oito Procons regionais se reunirão em Brasília para debater uma forma de atuação comum diante do problema.

O Ministro da Educação, Jorge Bornhausen, disse ontem, em São Paulo, que não há nenhuma razão

Distritó Federal, Elisa Gonçalves Martins, ao Secretário-Geral Adjunto do Ministério da Educação, Luiz Bandeira, que prometeu discutir o assunto com técnicos do Ministério da Fazenda. Mas ele garantiu a divulgação da lista das escolas brasileiras para a próxima semana.

— Nosso interesse não é a de punir as escolas, mas simplesmente o de assegurar um direito adquirido do consumidor que pagou por um serviço e não o obteve — explicou Elisa, qualificando de "impatriótica" a atitude dos diretores de escolas. Para ela, é muito pouco peggórica a postura defendida por educadores.

deve estar falando em nome de sua escola e não no da entidade que representa".

Brasil esclareceu que a Fenen está apenas aconselhando às escolas a não trabalhar com o orçamento no vermelho. "Realmente, 35 % é satisfatório para muitas escolas e estas não precisarão adiar o ano letivo. Isto só vem a provar a nossa tese que Governo não tem que estabelecer índice único e nem estas negociações com os pais. Ele está cerceando a livre iniciativa na Educação, que é garantida por Lei".

Oposta é a opinião de Elisa Gonçalves Martins:

para que as escolas particulares não começem o ano letivo nas datas já estipuladas e que elas ameaçaram tomar essa medida como forma de pressionar o Governo para um aumento maior das anuidades. Bornhausen explicou que uma leitura cuidadosa do decreto permite corrigir a defasagem da inflação, e através dos Conselhos Estaduais, as escolas que tiverem problemas poderão recorrer, desde que apresentem seus livros fiscais:

— Tenho a esperança permanente que prevaleça o bom-senso, e espero a compreensão de todos — disse o Ministro.